

Prezados,

Para a elaboração do PPC, favor seguir as seguintes instruções:

- Os textos em azul são orientações gerais ou específicas para cada item, devendo ser excluídos após a escrita de cada tópico.

- A estrutura do PPC deve seguir a ordem estabelecida neste documento.

- A elaboração do PPC deve considerar as DCNs do Curso e o Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação do INEP.

- Utilizar a fonte Times New Roman, tamanho 12 e entrelinhas 1,5 em todo o documento, exceto no item 14 (ementas e bibliografias) devendo-se utilizar fonte Times New Roman, tamanho 10 e entrelinhas simples, conforme orientação da Secretaria dos Órgãos Colegiados (SOC).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL XXXXXX**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
XXXXXXXXXXXXXXXXXX**

GRAU ACADÊMICO

**JATAÍ - GO
ANO**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
REGIONAL JATAÍ
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL XXXXXX**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
GRAU ACADÊMICO**

Diretor

Vice-Diretor

Coordenador do Curso

**JATAÍ - GO
ANO**

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO

1.1. Infraestrutura física e tecnológica

1.2. Infraestrutura de pessoal

1.2.1. Titulação do corpo docente

1.2.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

3. OBJETIVOS

3.1. Objetivo geral

3.2. Objetivos específicos

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

4.1. Prática profissional

4.2. Formação técnica

4.3. Formação ética e função social do profissional

4.4. Interdisciplinaridade

4.5. Articulação entre teoria e prática

5. EXPECTATIVAS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

5.1. Perfil do curso

5.2. Perfil e habilidades do egresso

6. ESTRUTURA CURRICULAR

6.1. Matriz curricular

6.2. Sugestão de fluxo

6.3. Atividades complementares

7. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

9. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

12. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE ACADÊMICA OU UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL

13. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS

14. EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES

15. REFERÊNCIAS

TABELA DE EQUIVALÊNCIAS ENTRE AS MATRIZES CURRICULARES

Observações

RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1557R

A elaboração de PPCs, no âmbito da UFG, deve estar de acordo com as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e será regulamentada por norma específica.

Seção I

Do Curso de Graduação e do Projeto Pedagógico do Curso

Art. 3º Curso de Graduação compreende conteúdos, experiências, estágios e situações de ensino-aprendizagem, em que se articulam atividades de ensino, pesquisa e extensão, voltados para a formação profissional e humanística de estudantes, constituindo um projeto pedagógico específico, por unidade acadêmica ou unidade acadêmica especial, na modalidade presencial ou a distância e grau acadêmico bacharelado ou licenciatura.

Art. 4º Todo curso de graduação será estruturado por meio de um projeto pedagógico, em consonância com o que dispõem o Estatuto, o Regimento e as resoluções da UFG, as diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação (CNE), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e as demais normas legais em vigor.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003/2016

O NDE deve possuir, no mínimo, 5 docentes do curso; seus membros atuam em regime de tempo integral ou parcial (mínimo de 20% em tempo integral); pelo menos 60% de seus membros possuem titulação stricto sensu; tem o coordenador de curso como integrante; atua no acompanhamento, na consolidação e na atualização do PPC, realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCNs e as novas demandas do mundo do trabalho; e mantém parte de seus membros desde o último ato regulatório.

DE ACORDO COM O RGCG, RESOLUÇÃO - CEPEC Nº 1557R, Art. 16. A hora-aula em cursos presenciais será de 60 (sessenta) minutos, sendo 50 (cinquenta) minutos de aulas teóricas e práticas e 10 (dez) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas, conforme legislação em vigor.*

§ 1º No caso de cursos noturnos, a regional poderá estabelecer como parâmetro de hora-aula 45 (quarenta e cinco) minutos de aulas teóricas e práticas e 15 (quinze) minutos de atividades acadêmicas supervisionadas, conforme legislação em vigor. § 2º No caso de componentes curriculares de estágio e atividades complementares as horas devem ser consideradas de 60 minutos.*

**prever atividades supervisionadas em cada disciplina nos planos de curso e de ensino*

1. APRESENTAÇÃO

Nome do curso:

Unidade Acadêmica Especial responsável:

Área de conhecimento: *(entre as áreas definidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES):*

Habilitação ou ênfase: *(quando houver)*

Modalidade: presencial

Grau acadêmico: *bacharelado ou licenciatura*

Título a ser conferido: *bacharel ou licenciado em... ou em conformidade com a decretos presidenciais*

Carga horária: *em horas*

Turno de funcionamento:

Número de vagas anuais, por semestre de ingresso: *autorizadas pelo MEC*

Duração mínima, média e máxima do curso: *em semestres, sendo a duração mínima e média a prevista no fluxo curricular proposto no PPC;*

1.1. Infraestrutura física e tecnológica

INFRAESTRUTURA Descrever a infraestrutura disponível para a realização das atividades didáticas e de estudo individual/coletivo necessária à operacionalização do curso, tais como, instalações e equipamentos, infraestrutura tecnológica, sala de coordenação de curso, salas de aula, sala coletiva de professores bibliotecas e laboratórios. É importante atentar-se para a descrição dos espaços coletivos acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Deve apresentar a infraestrutura mínima para o curso (laboratório de anatomia, agência experimental, laboratório de fotografia), bem como tecnologias utilizadas no processo de aprendizagem (o ambiente virtual de aprendizagem, softwares e simuladores, entre outros). Descrever a infraestrutura disponível para a realização das atividades didáticas e de estudo individual/coletivo necessária à operacionalização do curso, tais como, instalações e equipamentos, infraestrutura tecnológica, sala de coordenação de curso, salas de aula, sala coletiva de professores bibliotecas e laboratórios. É importante atentar-se para a descrição dos espaços coletivos acessíveis às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

1.2. Infraestrutura de pessoal

Descrever a infraestrutura de pessoal para sustentar a plena oferta do curso.

1.2.1. Titulação do corpo docente

CORPO DOCENTE E TUTORIAL: a filosofia do novo instrumento de avaliação de curso de graduação é que o núcleo docente estruturante defina as características que o corpo docente deve apresentar para desenvolver plenamente as competências do egresso. Desta forma, tira o foco da visão quantitativa (titulação e anos de experiência) para apontar competências que o docente deve demonstrar. Sendo assim, nesse espaço deve-se elencar as competências principais do docente que se articulem com o perfil do egresso: desenvolvimento de projetos empresariais, orientação de projetos de iniciação científica, estar vinculado ao mercado de trabalho, ter publicação de alto impacto, entre outros. Nenhum docente apresentará todas as características, isto é, o NDE deve definir as competências que o conjunto do corpo docente deve apresentar.

1.2.2. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

2. EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Enunciar, de forma objetiva, o contexto educacional e as demandas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental. No caso de reformulação curricular a exposição de motivos deve apresentar avaliação do currículo em vigor e justificativa do novo PPC.

3. OBJETIVOS

Não escrever texto aqui.

Estabelecer síntese de objetivos a serem atingidos ao longo do processo formativo, que envolve o desenvolvimento de competências e construção do conhecimento para o egresso, aliado à atuação do discente na comunidade e no ambiente laboral durante o curso.

Os objetivos do curso, DEVEM considerar o perfil profissional do egresso, a estrutura curricular, o contexto educacional, características locais e regionais e novas práticas emergentes no campo do conhecimento relacionado ao curso.

3.1. Objetivo geral

3.2. Objetivos específicos

4. PRINCÍPIOS NORTEADORES PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Apresentar de forma geral e posteriormente especificar os itens a seguir. Consultar diretrizes e resoluções do curso para descrever cada um dos itens 4.1, 4.2 e 4.3 abaixo relacionados. Explicitar claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresentar elementos comprovadamente inovadores.

4.1. Prática profissional

4.2. Formação técnica

4.3. Formação ética e função social do profissional

4.4. Interdisciplinaridade

4.5. Articulação entre teoria e prática

5. EXPECTATIVAS DA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL

5.1. Perfil do curso

O perfil do curso aponta palavras-chave que sintetizam as competências e habilidades que o egresso deve adquirir no percurso formativo. Este perfil deve ser adequado ao contexto local e demonstrar características específicas do curso na instituição que o diferencie de outros cursos.

5.2. Perfil e habilidades do egresso

O perfil profissional do egresso deve estar de acordo com as DCN, expressar as competências a serem desenvolvidas pelo discente e as articular com necessidades locais e regionais, sendo ampliado em função de novas demandas apresentadas pelo mundo do trabalho.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

Art. 9º A estrutura curricular proposta no PPC deve ser construída a partir dos seguintes parâmetros:

I - aspectos de interdisciplinaridade, articulação entre teoria e prática e, nos casos de cursos EAD, mecanismos de familiarização com essa modalidade;

II - conteúdos curriculares que proporcionem o desenvolvimento de um perfil profissional de egresso formado a partir de referências bibliográficas atualizadas e carga horária total do curso que ultrapasse em no máximo 15% (dez por cento, percentual sujeito à aprovação na Câmara Superior de Graduação - CSG) a carga horária mínima prevista nas diretrizes curriculares nacionais (DCNs) para o curso, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação e/ou Ministério da Educação.

a) componentes curriculares de tema variado, que serão optativos;

b) componentes curriculares que necessitam de mais de um professor na mesma turma;

c) componente de estágio curricular obrigatório, com nome iniciando com a palavra “Estágio”;

d) para os cursos presenciais, se será utilizada a modalidade EAD, em até 20% de carga horária total do curso, registrando que, nesses casos, os professores vinculados ao componente curricular devem atuar como tutores (para atuar como Tutor, o docente deve fazer o curso de tutoria do CIAR-UFG) As atividades de tutoria devem atender às demandas didático-pedagógicas da estrutura curricular, compreendendo a mediação pedagógica junto aos discentes, inclusive em momentos presenciais, o domínio do conteúdo, de recursos e dos materiais didáticos e o acompanhamento dos discentes no processo formativo, e são avaliadas periodicamente por estudantes e equipe pedagógica do curso, embasando ações corretivas e de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. Os conhecimentos, habilidades e atitudes da equipe de tutoria devem ser adequados para a realização de suas atividades, e suas ações estão alinhadas ao PPC, às demandas comunicacionais e às tecnologias adotadas no curso, são realizadas avaliações periódicas para identificar necessidade de capacitação dos tutores e há apoio institucional para adoção de práticas criativas e inovadoras para a permanência e êxito dos discentes. O Ambiente Virtual de Aprendizagem, deve constar no PPC, apresentar materiais, recursos e tecnologias apropriadas, que permitem desenvolver a cooperação entre tutores, discentes e docentes, a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional, e passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações de melhoria contínua.

A estrutura curricular, constante no PPC, deve considerar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a acessibilidade metodológica, a compatibilidade da carga horária total (em horas-relógio: VER RGCG), evidencia a articulação da teoria com a prática, a oferta da disciplina de LIBRAS e mecanismos de familiarização com a modalidade a distância (quando for o caso), explicita claramente a articulação entre os componentes curriculares no percurso de formação e apresenta elementos comprovadamente inovadores. Os conteúdos curriculares devem promover o efetivo

QUADRO RESUMO DE CARGA HORÁRIA

COMPONENTES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA	PERCENTUAL
Núcleo Comum (NC)		
Núcleo Específico Obrigatório (NEOB)		
Núcleo Específico Optativo (NEOP)		
Núcleo Livre (NL)		
Atividades Complementares (AC)		
Carga Horária Total (CH)		

6.2. Sugestão de fluxo

Componente Curricular	UAE Responsável	CH Semanal	CH Semestral
Primeiro Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Segundo Semestre			

Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Terceiro Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Quarto Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Quinto Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Sexto Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Sétimo Semestre			
Carga horária semestral			
Carga horária acumulada			
Oitavo Semestre			

Carga horária semestral		
Carga horária acumulada		

6.3. Atividades complementares

- Descrever as atividades de participação, sem vínculo empregatício, em pesquisas, conferências, seminários, palestras, congressos, debates e outras atividades científicas, artísticas e culturais. Apresentação do Projeto Pedagógico de Curso deve ser uma descrição geral do curso.

- As atividades devem ser variadas, a forma de integralização dessas devem prever essa obrigatoriedade. As atividades complementares devem estar institucionalizadas e considerar a carga horária, a diversidade de atividades e de formas de aproveitamento, a aderência à formação geral e específica do discente, constante no PPC, e a existência de mecanismos comprovadamente exitosos ou inovadores na sua regulação, gestão e aproveitamento.

7. POLÍTICA E GESTÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO

I - no conceito e perfil de atuação, apresentar definição do que é o estágio e expressar como este contribui para a formação profissional do aluno e áreas de atuação que o curso prevê para seus acadêmicos;

II - na política de estágio curricular especificar:

a) como os estágios obrigatório e não obrigatório serão desenvolvidos e a partir de que período do curso os estudantes estarão aptos a realizá-los;

b) os nomes dos componentes curriculares e respectivas cargas horárias;

c) como se darão a coordenação, orientação e supervisão;

III - contemplar as seguintes orientações, tanto para o estágio curricular obrigatório quanto para o não obrigatório:

a) ser realizado apenas em instituições e/ou empresas devidamente conveniadas com a UFG;

b) ter um supervisor no local de estágio;

c) ter como orientador um professor do curso;

d) destacar a documentação que garante a legalidade do estágio;

IV- no que diz respeito a estágio feito fora do país, explicitar que seu reconhecimento como estágio curricular obrigatório estará condicionado ao cumprimento dos pré-requisitos acadêmicos e ao atendimento das exigências definidas no Regulamento de Estágio do Curso.

Parágrafo único. O Regulamento de Estágio, embora obrigatório, não integra o PPC, devendo ser entregue diretamente à Coordenação Geral de Estágio da PROGRAD, no caso da Regional Goiânia, ou na Coordenação de Estágio nas demais Regionais, contendo as normas de frequência, acompanhamento e avaliação do estágio, bem como todos os formulários necessários ao seu desenvolvimento. O estágio curricular supervisionado deve estar institucionalizado e contemplar carga horária adequada, orientação cuja relação orientador/aluno seja compatível com as atividades, coordenação e supervisão, existência de convênios, estratégias para gestão da integração entre ensino e mundo do trabalho, considerando as competências previstas no perfil do egresso, e interlocução institucionalizada da IES como (s)ambiente(s) de estágio, gerando insumos para atualização das práticas do estágio.

Licenciaturas: O estágio curricular supervisionado promove a relação teoria e prática e contempla a articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica, o embasamento teórico das atividades planejadas no campo da prática, a participação do licenciando em atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes da Educação Básica, a reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos, a criação e divulgação de produtos que articulam e sistematizam a relação teoria e prática, com atividades comprovadamente exitosas ou inovadoras.

8. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Explicitar as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e sua respectiva carga horária.

A UAE deve estabelecer em regulamento próprio, que não integra o PPC, as normas para elaboração do TCC de seus respectivos cursos. Obrigatório para cursos cujas DCN preveem TCC. Não se aplica a cursos que não contemplam TCC no PPC (desde que não esteja previsto nas DCN). O Trabalho de Conclusão de Curso está institucionalizado e considera carga horária, formas de apresentação, orientação e coordenação, a divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos e a disponibilização dos TCC em repositórios institucionais próprios, acessíveis pela internet. Repositório UFG, CEPEC 1611/2018.

9. INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

- Especificar as políticas de ensino, extensão e pesquisa possíveis de serem implantadas no âmbito do curso, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFG.
- Demonstrar como ocorre a relação do ensino com a pesquisa e a extensão no desenvolvimento das atividades curriculares do curso. Para as ações extensionistas, demonstrar a interação entre o conhecimento científico produzido na universidade e sua interface com a comunidade. Já para as ações de pesquisa apontar as linhas e grupos de pesquisa e suas articulações com o ensino e a extensão. Importante destacar, quando houver, os Programas de Educação Tutorial – PETs. Citar os programas de iniciação à pesquisa, tecnologia e extensão e a Resolução de integração da Graduação com a Pós-Graduação.

10. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

- Descrever as concepções e procedimentos de avaliação dos processos de ensino-aprendizagem
- A metodologia deve estar de acordo com as DCN do curso, atender ao desenvolvimento de conteúdos, às estratégias de aprendizagem, ao contínuo acompanhamento das atividades, à acessibilidade metodológica e à autonomia do discente, deve coadunar-se com práticas pedagógicas que estimulam a ação discente em uma relação teoria-prática, e é claramente inovadora e embasada em recursos que proporcionam aprendizagens diferenciadas dentro da área. Os procedimentos de acompanhamento e de avaliação, utilizados nos processos de ensino-aprendizagem, atendem à concepção do curso definida no PPC, permitindo o desenvolvimento e a autonomia do discente de forma contínua e efetiva, e resultam em informações sistematizadas e disponibilizadas aos estudantes, com mecanismos que garantam sua natureza formativa, sendo adotadas ações concretas para a melhoria da aprendizagem em função das avaliações realizadas.

11. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO

- Destacar as estratégias de avaliação do PPC a serem utilizadas, considerando as avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, que na UFG é denominada de Comissão de Avaliação Institucional – CAVI, e as avaliações do MEC/INEP (Enade, CPC e relatórios de avaliação in loco).
- Apresentar a gestão do curso por meio da atuação do coordenador. Para tanto, descrever a relação do coordenador com a comunidade acadêmica, sobretudo, com os docentes e discentes. Apontar a existência do plano de ação do coordenador documentado e compartilhado e, ainda, se dispõe de indicadores de desempenho da referida coordenação, bem como expor o modo pelo qual é administrada a potencialidade do corpo docente do curso, considerando a sua integração e seu aprimoramento. Descrever também o funcionamento dos colegiados que participam da gestão acadêmica do curso e a representatividade nos colegiados superiores. A gestão do curso deve ser realizada considerando a autoavaliação institucional e o resultado das avaliações externas como insumo para aprimoramento contínuo do planejamento do curso, com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica e existência de processo de autoavaliação periódica do curso.

12. POLÍTICA DE QUALIFICAÇÃO DE DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL

- Solicitar a política à UAE e inserir as informações neste item.

13. REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS OBRIGATÓRIOS

13.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

13.2. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (se for o caso)

13.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645, de 10/03/2008, e Resolução CNE/CP nº 01, de 17/06/2004). (Disciplina ofertada pelo curso de História como optativa, solicitar certidão de anuência à Unidade);

13.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012. (Disciplina ofertada pelo curso de História como optativa, solicitar certidão de anuência à Unidade);

13.5. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27/12/2012

(citar o SPA, SAPP, eventos, Núcleos de atenção à saúde)

13.6. Componente curricular de LIBRAS (Decreto no 5626, de 22/12/2005) - obrigatório para as licenciaturas e optativo para os bacharelados. *(Disciplina ofertada pelo curso de Letras Português, solicitar certidão de anuência à UAE.*

13.7. Políticas de Educação Ambiental (Lei no 9.795, de 27/04/1999, e Decreto no 4.281, de 25/06/2002)

(Incluir nas ementas das disciplinas de forma explícita);

13.8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena *(se for o caso)*

13.9. Condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

13.10. Informações acadêmicas

- Demonstrar que o apoio ao discente contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e promove outras ações comprovadamente exitosas ou inovadoras.

- Descrever as políticas institucionais de apoio ao discente, que devem contemplar ações de acolhimento, assistência e permanência estudantil, apoio pedagógico, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria, nivelamento, intermediação e acompanhamento de estágios não obrigatórios remunerados, apoio psicopedagógico, participação em centros acadêmicos ou intercâmbios nacionais e internacionais e outras ações inovadoras. Recomenda-se, também, relacionar a assistência e permanência estudantil com as ações promovidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e pelos NAI e NOBE.

14. EMENTAS, BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES DOS COMPONENTES CURRICULARES

- Listar os componentes curriculares (em ordem alfabética) com ementas, referências bibliográficas básicas (com três títulos), e complementares (cinco títulos).

De acordo com o novo instrumento do MEC, o PPC deve apresentar um relatório do NDE sobre a disponibilidade dos títulos na Biblioteca e/ou um relatório de contingências. De acordo com o Instrumento do MEC: O acervo físico deve estar tombado e informatizado, o virtual possuir contrato que garante o acesso ininterrupto pelos usuários e ambos estão registrados em nome da IES. O acervo da bibliografia básica deve ser adequado em relação às unidades curriculares e aos conteúdos descritos no PPC e está atualizado, considerando a natureza das UC. Da mesma forma, deve estar referendado por relatório de adequação, assinado pelo NDE, comprovando a compatibilidade, em cada bibliografia básica da UC, entre o número de vagas autorizadas (do próprio curso e de outros que utilizem os títulos) e a quantidade de exemplares por título (ou assinatura de acesso) disponível no acervo. Nos casos dos títulos virtuais, há garantia de acesso físico na IES, com instalações e recursos tecnológicos que atendem à demanda e à oferta ininterrupta via internet, bem como de ferramentas de acessibilidade e de soluções de apoio à leitura, estudo e aprendizagem. O acervo deve possuir exemplares, ou assinaturas de acesso virtual, de periódicos especializados que suplementam o conteúdo administrado nas UC. O acervo deve ser gerenciado de modo a atualizar a quantidade de exemplares e/ou assinaturas de acesso mais demandadas, sendo adotado plano de contingência para a garantia do acesso e do serviço.

Dados das disciplinas unificas: LIBRAS 1. Direitos Humanos, Políticas Públicas e Globalização. História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E GLOBALIZAÇÃO (32h teóricas)

Ementa: Processos históricos, sociais e políticos de criação e defesa dos direitos humanos. Definição de Direitos Humanos. Relações entre direitos humanos, políticas públicas e Globalização. Conceitos de ser humano, sujeito, pessoa jurídica, relações étnico-raciais, classes sociais, culturas, civilização, diferencialismo cultural e cidadania. Direitos humanos no Brasil. Educação e direitos humanos.

Bibliografia Básica

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DOUZINAS, Costas. O Fim dos Direitos Humanos. Editora Unisinos, São Leopoldo/RS, 2009.
SANTOS, Boaventura de Sousa. Na Oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2016. São Paulo: Cortez, 2018.

Bibliografia Complementar

ALVES, José Augusto Lindgren. Os direitos humanos como tema global. São Paulo: Perspectiva, 2011.
CANDAUI, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.
COMPARATO, Fábio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2019.
ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. Porto Alegre: L&PM, 2012.
SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2017.

HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA (64h teóricas)

Ementa: Diáspora africana e formação socioeconômica, cultural e política da sociedade brasileira. Elementos culturais dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas. Conceitos de gênero, raça, etnia, identidade, classes sociais, políticas públicas, ações afirmativas. Contribuições da população africana, afrodescendente e indígena para a formação histórico/social da sociedade brasileira.

Bibliografia Básica

ALENCASTRO, L. F. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na história do Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
MACEDO, José Rivair. História da África. São Paulo: Contexto, 2017.

Bibliografia Complementar

FANON, Frantz. Pele Negra, Mascaras Brancas. Renato da Silveira (Trd.). Salvador: EDUFBA, 2008.
DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.
KI-ZERBO, Joseph (Editor). História geral da África I: metodologia e pré-história da África. 2ª edição revista. Brasília: UNESCO, 2010.
FERNANDES, Evandro; CINEL, Nora Cecília Boccacci; LOPES, Vera Neusa (orgs). Da África aos indígenas do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2016.
HALL, Stuart. Da Diáspora. Identidades e Mediações culturais. Trad. de Adelaine La Guardia Resende, Ana Carolina Escosteguy, Claudia Alvares, Francisco Ruderger, Sayonara Amaral. Belo Horizonte: UFMG/ Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LIBRAS 1 - LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS 1

Concepções sobre Língua de Sinais. Noções básicas de LIBRAS. Introdução às práticas de compreensão e produção em LIBRAS através do uso de estruturas comunicativas elementares.

Bibliografia Básica

ALMEIDA, E. C.; DUARTE, P. M. Atividades ilustradas em sinais da Libras. São Paulo: Revinter, 2004. 241p.
FELIPE, T.; MONTEIRO, M. S. Libras em contexto: curso básico. 8 ed. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2001. 187p.
PIMENTA, N.; QUADROS, R. M. Curso de Libras 1: iniciante. 3 ed. Porto Alegre: Editora Pallotti, 2008. 104p.

Bibliografia Complementar

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. 2 ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2010. 273p.
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURÍCIO, A.C. (Eds.). Novo deit-Libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira (Libras). São Paulo: EDUSP, 2001. 2v.
GESSER, A. LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009. 87p.
PEREIRA, M. C. C.; VIEIRA, M.I.; CASPAR, P.; NAKASATO, R. LIBRAS: conhecimento além dos sinais. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. 192p.
QUADROS, R. M. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997. 126p.

15. REFERÊNCIAS

Informe as referências utilizadas para elaboração do Projeto Pedagógico de Curso.

TABELA DE EQUIVALÊNCIA ENTRE AS MATRIZES CURRICULARES

Código	COMPONENTE CURRICULAR Matriz XXX	CH TOTAL	COMPONENTE CURRICULAR Matriz - ano	CH TOTAL

- Relacionar as disciplinas que possuem equivalência, considerando, equivalência mínima de 75% de conteúdo e de carga horária.

- As disciplinas que não possuem equivalência não devem ser relacionadas na tabela.